

## EMPREGABILIDADE E EDUCAÇÃO CONTINUADA

**Wagner Braga Batista**

Engenharia de Produção- COPPE- UFRJ  
e-mail: wbraga@uol.com.br

*Abstract: The article discourses on the concept of employability. It analyses the efficacy of this concept under the light of empirical conditions under which occurs the stimulus to the individual autonomy in the search for education and employment. It questions the emphasis on this direction through which the acquisition of individual competencies are presumably acquired at the margin of educational policies, of employment and wages. On course restructuring creates sui generis conditions of insertion in the labour market, redefining production and employment strategies. The analyses, by emphasising the incorporation of new technologies provoke the examination of such strategies and the role they attribute to education and employment when faced with the productive restructuring. As an indispensable requirement to obtain a job, education acquires primacy in view of employability. The article, when examining the implications of new forms of insertion in the labour market, argues the perspectives offered by strategy avail of continuous education.*

*Keywords :employability,new technologies, individual autonomy, precarious work, educational policies, continuous education,*

*Resumo: O artigo discorre sobre o conceito de empregabilidade. Analisa a eficácia deste conceito à luz das condições empíricas sob as quais se verifica o estímulo à autonomia individual na busca da educação e do emprego. Questiona a ênfase depositada nesta via, por intermédio da qual se presume a aquisição de competências individuais à margem de políticas educacionais, de emprego e de renda. A reestruturação produtiva em curso, cria condições sui generis de inserção no mercado de trabalho, redefinindo estratégias de produção e de trabalho. Destaca a incorporação de novas tecnologias e o papel que atribuem à educação e ao trabalho. Requisito indispensável para a obtenção de emprego, a educação continuada adquire primazia na perspectiva da empregabilidade. O artigo examina possíveis implicações das novas formas de inserção no mercado de trabalho que se apoiam no pressuposto da empregabilidade e da educação continuada.*

*Palavras-chave: empregabilidade, novas tecnologias, autonomia individual, trabalho precário, políticas educacionais, educação continuada.*

### 1- Introdução

Na década de setenta acentua-se o processo de introdução da microeletrônica nos processos produtivos. A extensão deste processo a vários setores da produção estabelece os fundamentos de novo paradigma econômico. Novos arranjos produtivos, formas de organização e de gestão suscitam a necessidade de conceitos capazes de exprimir relações de trabalho e de produção emergentes.

A abertura das economias nacionais amplia o espaço de investimentos. Crescem expressivamente investimentos diretos em economias externas. Políticas econômicas fomentam a importação de produtos de baixo valor agregado, alimentando o consumo interno a baixo custo, porquanto se sofisticarem as exportações de países centrais. A concentração de renda e retração do poder de compra de camadas médias, estimula a verticalização do mercado de consumo. O declínio da taxa de lucro aumenta a disputa por fatias dos mercados periféricos e a competitividade entre empresas. Imprime, outrossim, velocidade nas mudanças

tecnológicas. Com diferentes ênfases, a literatura econômica desenvolverá análises sobre o papel do conhecimento ( Drucker, 1969; Tofler, 1973 ); do trabalho ( Braverman, 1977; Gorz, 1967; Rifkin, 1995 ), da informação ( Tofler, 1980; Schaff, 1990 ), da automação ( Coriat, 1988), da escala de produção ( Toffler, 1985), entre outras abordagens. Estas análises procuram fixar os contornos do cenário no qual se realiza a reestruturação produtiva em curso.

Destacamos algumas indicações que caracterizam o processo de reestruturação produtiva : 1- mudança na base tecnológica graças a introdução intensiva da microeletrônica substituindo as tecnologias metal-mecânicas; 2- mudança na organização do trabalho, na formação de estoques e na circulação de bens econômicos; 3- mudança na gestão das unidades produtivas, sucedidas de fusões, de redução do tamanho das empresas e do ritmo de produção; 4- heterogeneidade da estrutura produtiva identificada na convivência da estandarização com a personificação de produtos; 5- profundas alterações nas relações de produção gerando a flexibilização ou precarização do trabalho; 6- crescente exigência de atualização técnica; 7- mudança do perfil profissional; 8- aumento do volume e rápida obsolescência das informações e do conhecimento técnico; 9- aceleração da produção e da circulação de bens; 10- aumento da produtividade do trabalho.

Este elenco de mudanças repercute na concepção de trabalho e de emprego, conferindo importância ao conhecimento e à educação. Na versão produtivista, a educação reveste-se do papel instrumental que lhe confere a teoria do capital humano ( Schultz, 1962, 1973; Becker, 1964 ). Sob este viés, a ascendência do conhecimento sobre o trabalho enseja formulações que fundamentam o declínio e a volatilidade do emprego. Nesta linha de inflexão desenvolve-se a estratégia da empregabilidade.

## 2- Empregabilidade e reestruturação produtiva

A expansão mundial da economia de mercado estabelece dinâmica que unifica os circuitos da produção e do trabalho. Preservando acentuadas assimetrias, os principais impulsos produtivos originam-se das economias centrais. Neste contexto: *“todo trabalho individual, concreto e privado passa a subsumir-se ao trabalho geral e abstrato que se expressa nas trocas mundiais, no jogo das forças produtivas em escala mundial.”* ( Ianni, 1996 ) ( 1 ) Na passagem do foco da produção social centrada no trabalho, em base técnica rígida, para a reestruturação produtiva, fundamentada em operações de natureza gerencial e na presunção da flexibilidade do trabalho, reside a acumulação flexível ( Harvey, 1994 ) ( 2 ). Esta orientação produtiva têm como fim a mudança do paradigma fordista/ taylorista e a flexibilização do trabalho. Nela se insere o debate sobre a empregabilidade. Sob a redoma da empregabilidade abrigam-se tentativas de enfraquecer vínculos trabalhistas, precarizar o trabalho, reduzir a remuneração da força de trabalho, aumentar a rentabilidade do trabalho e retirar da esfera empresarial a responsabilidade pela escalada do desemprego. Sob esse ponto de vista, o recurso conceitual converte-se em expediente ideológico que produz conseqüências que vão além das distorções de relações de trabalho secularizadas. Aprofunda a perspectiva liberal de que a produção social é fruto de iniciativas individuais, devendo se desenvolver liberta de qualquer forma de controle social, até mesmo, legal. Libertas de constrangimentos, as atividades produtivas desenvolver-se-iam graças às aptidões individuais, afirmando-se as bem sucedidas.

O processo de reestruturação produtiva acelera o descompasso assinalado por Marx ( 1873 ) entre o desenvolvimento tecnológico e a absorção da população economicamente ativa, gerando fenômeno excludente típico da economia capitalista: *“...a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital ( na sua forma técnica ) produz em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua”* A formação da superpopulação relativa estaria associada à moderna visão do desemprego tecnológico ( 3 ). A perspectiva liberal utiliza a idéia da empregabilidade como alternativa ao desemprego. Sob esta ótica volições individuais ganham relevância analítica ante condições gerais de funcionamento da economia. Desconsiderando precedentes históricos, acúmulos obtidos

por distintos participantes do processo de produção social, a doutrina liberal encobre as profundas distorções inerentes à participação dos diferentes agentes sociais no processo produtivo.

Taddei ( 1998 ) ( 4 ) assinala a relevância atribuída à idéia da empregabilidade na conferência dos representantes das sete maiores economias mundiais, o G7 ( Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Japão, Alemanha, França e Itália ) realizada em Luxemburgo, em 1997. Sob esta ótica, o crescimento econômico estaria associado à desregulação, à aceleração de intercâmbios comerciais e à crescente flexibilidade do mercado de trabalho. Suas metas prevêm a desoneração do capital através da redução de encargos trabalhistas, a flexibilização das relações de trabalho e o esforço de atualização técnica, demandando a educação continuada. A disjunção entre os aptos e os inaptos para o trabalho, implícita na noção de empregabilidade, torna-se proeminente. Sob o manto da empregabilidade ficam ocultas: 1- a desqualificação produzida pelo uso intensivo e pela brusca mudança de padrões de tecnologia; 2- a migração do capital instalado no setor produtivo para a esfera especulativa; 3- a redução do emprego formal e; 4- a vertiginosa expansão da informalidade. Dados da Organização Mundial do Trabalho- OMT, acusam que no Brasil e na América Latina, ao final da década de noventa, mais de 50 % das ocupações localizam-se no setor de comércio e de serviços. ( 5 )

Associada à noção de competência a idéia da empregabilidade oculta os condicionantes sociais que facultam as oportunidades de trabalho. Retoma o enfoque marginalista, que analisa o desempenho social à luz de inclinações e da produtividade individual. Conjugando-o com métodos funcionalistas, que se limitam a identificar possibilidades de ajustes tópicos nas empresas. Frente a estes pressuposto a noção de empregabilidade surgiria associada à de competência individual. No estatuto da empregabilidade estaria a garantia do emprego. Ignorando a complexa plêiade de variáveis que intervêm na produção social e na estrutura de emprego, esta lógica induz à presunção de que na falta de competência individual estariam sediados condicionantes básicos do desemprego. São significativas as contribuições de Gazier ( 1990 ) ( 6 ) para esta reflexão.

Sugerindo que a educação ou capacitação técnica é atribuição do trabalhador esta estratégia lança cortina de fumaça sobre políticas educacionais, de geração de renda e de trabalho. Sob a alegação de que a reunião de aptidões necessárias à obtenção do emprego é da estrita responsabilidade do empregado, prospera o discurso tecnicista, adicionando que o acesso ao trabalho depende exclusivamente da vontade do trabalhador. Numa ponta, desobriga o Estado e o empresariado da função formadora. Na outra, encobre causas do desemprego, transformando uma questão social em constrangimento individual, dado que imputa aos trabalhadores desempregados a responsabilidade pela sua inaptidão, pelo seu fracasso e pelo seu infortúnio. Exacerbando a responsabilidade individual do trabalhador na conquista do emprego mantém encoberta a falta de elasticidade do mercado de trabalho e a incapacidade empresarial de geração de emprego. Retira da órbita do poder público e das empresas a responsabilidade pelo desenvolvimento da economia, pela geração de empregos e de canais educacionais que viabilizem a capacitação para o trabalho.

A insegurança e a perspectiva da capacitação compulsiva aumentam consideravelmente a tensão sob a qual vivem enormes contingentes de desempregados. A insegurança reduz a capacidade de barganha e aumenta o grau de sujeição ao trabalho precário. Tende a conferir legitimidade a formas de inserção sazonais, precárias ou promíscuas na economia social. Estas formas precárias manifestam-se no trabalho em tempo parcial, no contrato temporário, no trabalho domiciliar, no trabalho de risco próprio, entre outros. Transitando da informalidade reconhecida à informalidade velada, da prostituição e do narcotráfico.

A noção de empregabilidade dá margem a ambigüidades teóricas. Por meio delas, a empregabilidade se associa ao trabalho voluntário ou autônomo, colocando no mesmo patamar distintas estratégias de subsistência. Sob este prisma confundem-se iniciativas empresariais e exigências laborais imperativas, atividades de natureza bastante diversa.

A empregabilidade, interpretada como ampliação da autonomia, não desperta para os constrangimentos que definem estratégias de subsistência. Conduz à falsa inferência de maior grau de liberdade e à presunção de maiores oportunidades de emprego, melhor remuneração, mobilidade ocupacional, rotinas de trabalho menos rígidas e minimização de regras de trabalho. A flexibilização presumida tem seu contraponto nas evidências de precarização do trabalho. A falta de prescrições do trabalho autônomo torna-se expressão cabal da eliminação de vínculos e de direitos trabalhistas que eliminam encargos sociais.

Lefrene e Farnetti ( 1998 ) ( 7 ) analisando as políticas de *workfare* ( trabalho associado à idéia de bem-estar ) implementadas pelo Governo Blair, denuncia os constrangimentos e os efeitos restritivos desta iniciativa. Ante a obrigação de participar de políticas de emprego ou aceitar os trabalhos disponíveis, os desempregados vêem-se ante a ameaça de perda do seguro desemprego. A compulsão inerente à estratégia do *workfare* apresentada como fórmula para combater a simulação do desemprego, não reverte este problema crônico. O suposto de que a compulsão reduza os gastos públicos com a cobertura do desemprego, converte o *workfare* em alibi frente ao alargamento da pobreza. Por caminhos que levam ao emprego de tempo parcial no setor de comércio e de serviços, ao estímulo à informalidade, à baixa remuneração, decaem os padrões de vida. Na prática o *workfare* não oferece alternativas consistentes para a geração de emprego e de renda. Tampouco, o acesso a seguros temporários oferece condições de reversão do desemprego.

A doutrina liberal postula que a ação produtiva dos indivíduos deve se desenvolver livre de constrangimentos. A ambigüidade patente na alusão ao exercício da liberdade, torna-se perceptível quando não se esclarece em que condições sociais se desenvolve a atividade produtiva. Tampouco elide as possibilidades de acesso à educação e ao trabalho, não indicando o grau de autonomia e de liberdade de que dispõem seres humanos despojados dos meios que viabilizam a ação produtiva . Aludindo a capacidades humanas como se todos indivíduos pudessem lográ-las, exercitá-las, independentemente de condições materiais, abstrai as condições de vida que influem em seu desempenho. Isto porquê, se ontologicamente os homens são iguais, a vida social os diferencia.

Por meio de expedientes ideológicos as teorias da empregabilidade responsabilizam trabalhadores pela crônica situação de desemprego a que estão sujeitos. Taxando-os de inabilitados para o trabalho lançam sobre seus ombros a carga de insegurança, de frustrações, como legado de sua incompetência. Este artifício avulta a presunção de que a contínua e obsessiva qualificação para o trabalho seja garantia de emprego Face a este estratagemata ocultam-se as condições excludentes que emergem da reestruturação produtiva, impulsionada pela abertura dos mercados periféricos.

### 3- Auto-aprendizado e empregabilidade

Na atualidade, o pensamento liberal projeta no campo empírico princípios autonomistas, que estão na raiz desta doutrina econômica. Segundo essa inflexão, assiste-se ao surgimento de novas formas de produzir, que provocam a crescente atomização das atividades produtivas, conferindo maior grau de autonomia aos trabalhadores. Sob esse viés, substituindo as grandes unidades de produção, concentradoras de capital e de força de trabalho, surgiriam empresas de menor porte, aliviadas de encargos supérfluos. Supérfluos seriam os encargos sociais, no entendimento de que oneram o capital. Apresentando maior dinamismo, dadas sua flexibilidade e sua capacidade de iniciativas, estariam melhor adaptadas ao mercado. Essas empresas exigiriam trabalhadores habilitados à percepção de mudanças econômicas, ao auto-aprendizado, ao manejo de novas tecnologias, à tomada de novas decisões e à reinserção operacional na esfera produtiva a qual estão vinculados.

Na órbita das relações de produção capitalistas, essas aptidões são consideradas fundamentais. Contudo, sob a lógica empresarial, não devem ser atributos de todos trabalhadores, senão daqueles que atuam nos setores dinâmicos ou que gerenciam a produção. O exame acurado da realidade, sob esse crivo, mostrará que, hoje e sempre, essas competências em maior ou menor escala estiveram presentes na prática dos

antigos capatazes e atuais executivos. Mudaram nomes, não mudaram funções. Agentes intermediários da acumulação privada, cumprem o papel de evitar os dissabores da administração direta da produção e tentam, de diferentes maneiras, amortecer os conflitos que se verificam nas relações de trabalho. Se essas competências são parte inerente de reduzido e seletivo grupo de trabalhadores, que participa do núcleo dirigente das empresas, não se consegue identificá-las no grosso da força de trabalho, que ainda se vê submetida a rotinas e a atividades produtivas que pouco se alteram. Consequentemente as reclamadas multicompetências e a capacidade de tomada de decisões não se impõem como requisitos extensivos a todos os trabalhadores. Isto posto, observa-se que a reestruturação produtiva não cancelou preceitos tayloristas.

A idéia da autonomização do indivíduo em relação à escola ( a educação sistemática ) e ao trabalho ( emprego ), está associada a duas premissas que se articulam nessa nova engrenagem econômica. Essas premissas, de extração liberal, imputam ao trabalhador a exigência de auto-aprendizado e de contínua aptidão para o trabalho. A mescla dessas duas variáveis produziria as condições da empregabilidade. Despojados de meios de produção, os trabalhadores vêm-se frente à ardilosa transferência de responsabilidades, efetuada em nome da autonomia. A autonomia anunciada não elide a capacidade de escolha, do que aprender, do que fazer e de como se inserir numa estrutura produtiva moldada por fortes constrangimentos sociais. Por outro lado, libertos de constrangimento social e legal, o empresariado e o Estado, que detêm maior poder de decisão sobre a produção social, desobrigam-se do fomento da educação, da qualificação da força de trabalho e da geração do emprego. A dupla responsabilidade que recai sobre trabalhadores acentua a dramática situação a que estão sujeitos nessa conjuntura de crise. Defrontam-se desse modo, com duas inadiáveis obrigações, qualificar-se indefinidamente e obter emprego.

Recortes educacionais à margem de uma visão sistêmica tendem a produzir enfoques incidentais, voltados para aspectos isolados do contexto sócio-econômico. Acentuam deste modo perspectivas restritas que reduzem os horizontes educacionais em questão. Pensar relações educacionais e de trabalho, pressupõe a compreensão de princípios que regem e articulam estas atividades. Requer a percepção da dinâmica que estabelece ritmos e sentidos determinados ao processo de acumulação de conhecimentos e de bens de produção.

#### 4-Emprego e educação continuada

O desenfreado esforço voluntário de busca de capacitação técnica individual dentro e fora do universo de trabalho dificulta a percepção das tênues fronteiras entre educação e trabalho social. Cria a falsa sensação de que a educação se limita à capacitação técnico-profissional individualizada e esteja amarrada por cadeias produtivas. A importância da educação para ou pelo trabalho não reduz a educação ao trabalho. Nem, tampouco, que esta articulação seja equacionada por iniciativas individuais. Adiciona-se a esta consideração o fato de que a necessária habilitação profissional não exclui a formação propedêutica que oferece a percepção das dimensões e dos valores sociais que viabilizam o livre discernimento e a capacidade de escolha fundamentais para a produção

A crise social reproduz-se em constrangimentos que minimizam e reduzem a educação à função puramente instrumental. Qual seja, prover exigências imediatas de capacitação para o emprego, horizonte que se mostra cada vez mais distante. A escassez de empregos aumenta a crescente pressão por múltiplas qualificações, gerando indiscriminada busca de oportunidades e exacerbando a competitividade profissional. Porquanto se amplia o trabalho precário em escala mundial, faixas do mercado de trabalho sofisticam-se e se estreitam. Transpõem fronteiras regionais e nacionais, criando discrepâncias que afetam países menos desenvolvidos científica, tecnológica e educacionalmente. Este processo resultante da internacionalização dos mercados e da retração das economias periféricas produz o fenômeno da exportação de empregos. A situação de dependência se agrava, levando países periféricos a inscreverem na sua pauta de importações, além de tecnologia de ponta, produtos com alto valor agregado. Esta tendência regressiva gera o mecanismo de transferência de empregos formais para os países com maior potencial tecnológico e capacidade de produção industrial instalada.

Pesquisa de Pochman ( 1999 ) assinala que no intervalo de 1985 a 1998: “...o total de empregos na indústria nacional caiu de 4,2 milhões para 2,4 milhões. Uma queda de 43%. Nesse mesmo período, a produção industrial teve um incremento de apenas 2,7%. Em compensação, as importações de produtos industrializados registraram um crescimento de 75%”. ( 8 ) Estes dados são enriquecidos por Dupas ( 1999 ), acusando a progressiva eliminação do emprego formal e deterioração dos vínculos trabalhistas: “De 86 a 90, o trabalho com carteira cresceu 23%. A partir de 91 até 98, o emprego com carteira caiu 27% e sem carteira cresceu 30 %.” ( 9 )

A brusca transposição das fronteiras da informalidade no trabalho é fenômeno que se observa ao longo da década de 90, no mundo, na América Latina e, particularmente, no Brasil. O avanço do trabalho no setor informal pode ser inferido a partir da progressão observada nos últimos dez anos. Em 1990, havia 48% do contingente de força de trabalho localizado no setor formal e 52 % no setor informal. Em 1995, 42,4% e 57,6%, respectivamente. Em 1999, as estimativas assinalam 38 % e 62 % distribuídos nos dois setores. Este quadro é bastante elucidativo.( 10 )

Indicadores pouco auspiciosos acentuam o tom cáustico deste quadro social. Em 1998, o Brasil com 6,65 milhões de desempregados responde por 5 % do desemprego mundial.( 11 ). É significativo o fato de que, enquanto o crescimento da população economicamente ativa, entre 1992 e 1999, tenha sido de 0,12%, o de desempregados, avance 2,16 %. Nos últimos meses do corrente, a estabilização da curva do desemprego ainda não sinaliza cenários promissores. A quase totalidade dos postos de trabalho abertos correspondem a empregos precários. Em 1999, foram gerados 418 351 empregos, 94, 4% deste total, referem-se a empregos temporários, sem carteira assinada, nem direitos trabalhistas.( 12 ) A pesquisa de Pochman ( 1999 ) apontará duas sugestivas tendências: 1- O crescimento de desempregados em escala mundial atinge o nível de 44, 6, em 1979; 83, 4 , em 1989 e 130, 6, contabilizados em milhões, em 1998; 2- A decrescente participação de desempregados dos países do G 7, no montante mundial. Em termos relativos teremos 38, 1 %, em 1979; 22, 1 % em 1989 e 16, 9 % em 1998. ( 13 ) Estas indicações sugerem que o desemprego nos países periféricos aumenta com o processo de abertura econômica que constrange o mercado de trabalho a obedecer impulsos gerados externamente. A nova ordem mundial concatenada com a reestruturação econômica, alcançada graças ao uso intensivo em tecnologia tem repercussões assimétricas. A maior capacidade de intervenção econômica de empresas sediadas em países centrais aumenta com as fusões destinadas a ocupar fatias de mercado. Investimentos localizados não alteram substancialmente a estratégia de mega-empresas que controlam mercados e drenam recursos de economias periféricas. Países sem possibilidades de investimento e sem potencial tecnológico aumentam seu grau de dependência externa, perdendo sua capacidade de decisão estratégica. Estes países tendem a se especializar na produção de bens com pouco valor agregado que demandam baixos padrões tecnológicos. Seu sistema educacional sofre contingenciamentos, sendo levados a exercer papel subsidiário face às exigências técnico-científicas formuladas em escala mundial.

As pesquisas científicas e o implemento tecnológico têm como centro de gravidade os países centrais. Sediadas nos países centrais priorizam o equacionamento de suas demandas. O controle do conhecimento científico e de patentes comanda a difusão tecnológica. Reproduz em escala ampliada processos de concentração observados na esfera política e econômica. É significativo que dez países detenham 95 % das patentes obtidas no mundo. ( 14 )

Sob a ótica empresarial, a junção de educação e trabalho logra a atualização e a capacitação técnica permanente. Articulado educação e trabalho, ainda que dentro de horizontes estritamente técnicos, estas iniciativas consubstanciam o conceito de aprendizagem e capacitação permanente, “*lifelong learning*”.

##### **5- Considerações finais**

O fenômeno do desemprego adquire vulto. Em escala local, nacional ou mundial o fenômeno avulta, não havendo indicações de sua reversão. As tentativas de naturalizar o desemprego, concebendo-o como

inelutável tendência de economias que se modernizam e exigem força de trabalho melhor qualificada não se mostram convincentes. Os descompassos entre a estrutura de emprego e a expansão da população economicamente ativa são comuns a diferentes faixas de rendimentos e níveis de escolaridade. A diferença de intensidade torna-se desprezível face a amplitude do desemprego que se alastra em escala mundial, revelando discrepâncias que não são elididas pelo grau de escolaridade ou simplesmente pela aptidão técnica ( Mattoso, 1999 ) ( 15 ). Vários fatores intervêm na estrutura de emprego, tornando cada vez mais complexos os diagnósticos de problemas, assim como, as alternativas que se apresentam para equacioná-lo.

O desemprego não é um fenômeno inelutável como aludem alguns analistas. É uma manifestação das distorções do desempenho econômico. A globalização, a modernidade, reestruturação produtiva, a busca da competitividade e da produtividade, podem se constituir como alibis para apresentar o desemprego como inexorável. Como consequência natural de ajustes para atingir padrões de produção supostamente mais eficazes ou modernos. Advertimos que estes padrões não são universais e nem permanentes. São circunstanciados por uma lógica que prevê o desenvolvimento da economia como resultado da compulsão do acúmulo privado e do oscilante comportamento do mercado. O desemprego é o preço pago pelo conjunto da sociedade pela aceitação de um sistema econômico que distorce o sentido social da produção e do trabalho humano.

A educação é recurso que pode minimizar alguns problemas localizados. Contudo, não elide as grandes questões sociais. Apesar das suas potencialidades, por si só, é incapaz de corrigir distorções e descompassos estruturais. A educação técnico-profissionalizante, por sua vez, revela insuficiências se apartada da formação propedêutica. A lei 2208 / 97 restaura esta clivagem. ( 16 ) A exigência de sistema educacional que articule a educação com as várias esferas da vida social é condição imperativa. A superação de concepções e de medidas incidentais que tentam converter ações tópicas em soluções universais, evolui na mesma direção. A dispersão de recursos e de agentes educacionais, contribui, por outro lado, para fragmentar e diluir o conteúdo de projetos que articulam a educação propedêutica com o mundo do trabalho. A dispersão de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT ilustra a segmentação mencionada. A nosso ver, a educação continuada ou a distância podem constituir parte do elenco de possibilidades abertas por estratégias educacionais consorciadas. Isoladamente transformam-se em lenientes da crise educacional, contribuindo a seu modo para acentuar dualidades e discrepâncias que se manifestam através do acesso privilegiado à educação em contraponto com a oferta de ensino massificado e de baixo padrão de qualidade. Podem exacerbar o individualismo e sentimento de auto-suficiência através da exaltação do auto-aprendizado. Esta emulação descarta a experiência comum de aprendizado. Confunde e subordina, o processo educacional a momentos de aprendizado. Integradas em sistemas, as políticas educacionais, articuladas, cumprem papel socializador. Sob a dimensão integradora e sistêmica da educação, rompem clivagens e barreiras que antecedem o ingresso e se reproduzem na escola. Vetores da educação propedêutica, podem sinalizar a educação pelo e para o trabalho, sem estar subsumidas pela lógica produtivista.( 17 ) Acionadas em conjunto com políticas de geração de emprego e de renda, repercutem positivamente, criando opções que vão além da necessária inserção no mundo do trabalho. Contudo, se fomentadas isoladamente tendem a aprofundar disparidades, bem como, propensões à auto-suficiência e emulações competitivas, incompatíveis com objetivos educacionais. A necessária articulação de projetos educacionais com políticas de trabalho evita a dispersão e a evasão de esforços do poder público, de empresas ou de trabalhadores, segmentos interessados na concatenação da educação e do emprego. O empenho de articular políticas de educação e de trabalho retoma o planejamento social, essencial para superar a segmentação produzida pelas forças de mercado.

### **Referências bibliográficas**

- 1- Ianni, Otavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro. Ed Civilização Brasileira, 1996, p. 168
- 2- Harvey, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1994, p. 35
- 3- Marx, Karl. *O Capital*. Livro 1, Vol 2, Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira, 1968, p. 732

- 4- Taddei, Emilio. “Empregabilidade” e formação profissional : a “nova” face da política social na Europa, in Silva, Luiz H. *Escola cidadã no contexto da globalização*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1998
- 5- Labarca, Guillermo. *Formação para o trabalho e formação no trabalho: observações na América Latina e no Caribe*, exposição feita no Seminário Trabalho e Educação profissional: Passado, Presente e Futuro, 1 / 2 de setembro de 1999, SENAI, RJ
- 6- Gazier, Bernard. *L’employabilité: brève radiographie d’un concept en mutation*, in *Sociologie du travail*, 4/9, 1990.
- 7- Lefresne, Florence et Farnetti, Richard. *Economie britannique : l’envers du décor in Politique*, la revue, nº 7, 1º trimestre de 1998, Paris
- 8- *Brasil “exporta” 1,2 milhão de empregos*. Folha de São Paulo, Dinheiro, 8 de março de 1999, p. 3 / 4
- 9 - Dupas, Gilberto. *Fim da carteira assinada*. Jornal do Brasil, Educação e Trabalho, 21 de novembro de 1999, p. 2
- 10- *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil*, Ministério do Trabalho – Organização Internacional do Trabalho, OIT, 1999
- 11- *País tem 5% do desemprego mundial. Brasil ocupa 4º lugar do ranking dos trabalhadores sem ocupação, atrás apenas de Índia, Indonésia e Rússia*. Folha de São Paulo, Dinheiro. 21 de fevereiro de 1999, p. 1
- 12- *Amadeo diz que estudo da Unicamp é primário*, Folha de São Paulo, Dinheiro, 28 de janeiro de 2000, p. 1
- 13- Pochamn, Marcio. Pesquisa sobre o desemprego, realizada pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, base de dados PNAD/ IBGE, Banco Central, OIT, ONU, OCDE, FMI, BIRD, BID e Eurostat ( no prelo )
- 14- ONU- Relatório do PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1999
- 15- Mattoso, Jorge. *Brasil desempregado*, São Paulo, Fundação Abramo, 1999
- 16- Brasil. *Decreto de Lei 2 208 / 97 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, Brasília, Diário Oficial da União, 18 de abril de 1997 - Seção 1 - Página 7760
- 17- Frigotto, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo, Cortez Editora. 3ª ed, 1989

### **Bibliografia citada**

- Becker, Gaston. *Human Capital*, Princenton, Princenton University Press, 1964
- Braverman, Harry, *Trabalho e capital monopolista, a degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977
- Coriat, Benjamin. *A revolução dos robôs: o impacto sócio-econômico da automação*, São Paulo: Busca Vida, 1988
- Drucker, Peter. *The age of discontinuity, Guidelines to our changing society*, New York, Harper & Row Publishers Inc, 1969
- Gorz, André. *Le socialisme difficile*, Paris, Editions du Seuil, 1967
- Offe, Claus, *Capitalismo desorganizado*, São Paulo, Brasiliense, 1989
- Rifkin, Jeremy. *The end of the work. The decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. G.P. Putnam’s Sons, New York, 1995
- Schaff, Adam. *A sociedade da informática*, São Paulo, Ed Brasiliense, 1990
- Schultz, Theodore, *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962
- \_\_\_\_\_ *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973
- Toffler, Alvin. *O choque do futuro*, Rio de Janeiro, Arte Nova, 1973
- \_\_\_\_\_ *A terceira onda*, Rio de Janeiro, Record, 1980
- \_\_\_\_\_ *A empresa flexível*, Rio de Janeiro, Record, 1985